

Servidores do INCRA/MA aprovam proposta constituída por entidades

Os servidores do Incra no Maranhão, em assembleia realizada pelo Sindsep, na manhã desta quarta-feira, 17, decidiram por aceitar a proposta de reajuste elaborada pela Condsef e Cnasi-AN, com vistas a reabrir a mesa de negociação temporária e específica do setor no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

Segundo a Confederação, a proposta tem como finalidade a resolução de questões como: a melhoria da proporção salarial entre Vencimento Básico (VB) e a gratificação de desempenho (GDARA); melhoria da remuneração dos servidores de cargos de nível médio e de nível auxiliar; e isonomia salarial entre as carreiras de Reforma e Desenvolvimento Agrário e a de Perito Federal Agrário.



Durante a reunião os servidores do Incra/MA fizeram vários questionamentos sobre a proposta, e também sobre a atual conjuntura, para assim, apresentarem um voto positivo com relação à proposta do Condsef.

Segundo o Sindsep/MA a assembleia foi positiva e a categoria teve a oportunidade de debater e deliberar sobre uma proposta que atenda, não em totalidade,

mas de forma circunstancial os anseios da categoria.

O Sindsep esteve representado por Raimundo Pereira (Vice-Presidência), Conceição de Maria de Reis (Secretaria Geral), Ana Maria Cascaes (Secretaria de Administração, Patrimônio e Finanças) e Werbet Cordeiro Cantanhede (Secretaria de Assuntos Jurídicos e Institucionais).

Sindsep realiza reunião com servidores do IBAMA e ICMBio para tratar sobre a mobilização da categoria

A direção do Sindsep/MA participou na manhã de hoje, 17, de uma reunião com servidores do IBAMA e ICMBIO para avaliar, discutir e deliberar sobre a greve e mobilização da categoria face à determinação do Superior Tribunal de Justiça acerca do quantitativo exigido de trabalhadores para a execução dos serviços considerados essenciais, uma vez que no Maranhão para cumprir a determinação judicial, praticamente todo o efetivo dos dois órgãos teriam que voltar ao trabalho, inviabilizando inclusive o movimento paredista.

Para o presidente do Sindsep/MA, João Carlos Lima Martins, essa é uma situação que precisa ser trabalhada com muito cuidado, uma vez que as entidades representativas dos servidores continuam se

articulando junto às presidências do IBAMA, ICMBIO e o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços públicos - MGI, no intuito de redefinir o que realmente é serviço essencial e o quantitativo necessário para mantê-lo em funcionamento sem, no entanto, inviabilizar o justo movimento reivindicatório da categoria.

“Nós precisamos cumprir a ordem judicial, mas não podemos por conta disso, desmobilizar o movimento paredista que é um direito dos trabalhadores”, afirmou o presidente João Carlos Lima Martins.

O Comando de Greve Nacional também irá reavaliar alguns pontos da proposta apresentada pelo MGI para dentro do possível construir alternativas para uma contraproposta que possa atender as necessidades dos trabalhadores para



ser apresentada na mesa de negociação.

Após a exposição dos informes e muito debate, a categoria decidiu por convocar uma assembleia com os servidores dos dois órgãos para a próxima segunda-feira, dia 20, quando à luz das informações novas a partir da reunião entre as entidades representativas dos trabalhadores com o MGI e AGU, marcada para a tarde de hoje poderão tomar as decisões e estratégias a serem utilizadas e o futuro do movimento no Maranhão.



PEC 65: Nova aberração aparece não se sabe com qual objetivo

Nesta terça-feira, 16 de julho, o Sindsep-DF e a Condsef, juntamente com o Sinal, percorreram diversos gabinetes do Senado em busca de informações sobre o andamento da PEC 65/2023 e as perspectivas para a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) desta quarta, 17.

A avaliação unânime, em todos os gabinetes, tanto dos favoráveis quanto dos contrários à PEC 65/2023, é que foi positivo o acordo do último dia 10, que promete resolver o problema orçamentário do BC mantendo-o como autarquia e seus servidores no RJU.

A expectativa geral era por conhecer o formato legislativo que assumiria esse acordo. Diversos senadores avaliam que, pela complexidade do tema, é possível que seja necessário mais tempo de discussão para formalizar a proposta.

No meio da tarde, os senadores Jaques Wagner (PT-BA, líder do governo) e Vanderlan Cardoso (PSD-GO, autor da PEC 65) se dirigiram ao Ministério da Fazenda, certamente para realizar discussões a respeito da nova proposta.

No gabinete do relator, senador Plínio Valério, fomos recebidos pelo assessor Eduardo Brito. Ele espera que a proposta seja votada nesta quarta, mas admite que pode ser necessário novo adiamento para que se complete a discussão de detalhes.

Disse também que Plínio



Valério foi bastante criticado quando incluiu no seu relatório dispositivo estabelecendo que "as despesas de pessoal e encargos sociais do Banco Central terão limite a serem determinado pelo Senado Federal".

Afirmou ainda que o Senador Plínio nunca teve problemas em resolver a questão orçamentária do BC, mantendo o quadro da Autarquia e os servidores no RJU.

Essa afirmação descartaria, portanto, rumores de que estariam produzindo um meio termo entre Autarquia e Empresa Pública, uma nova aberração jurídica, caminho superado pelo acordo de 10 de julho.

Quais "talentos" estão fugindo?

No entanto, para estupefação geral, no fim da tarde, matéria de O Globo informava que se tenta costurar um acordo para a "conversão do BC em 'autoridade inédita' no Brasil (..) teria ingerência irrestrita sobre o próprio orçamento (...)" e, ainda, que "o acordo que está sendo debatido prevê a transferência dos funcio-

nários do BC da condição de servidores estatutários para celetistas (ou seja, contratados via CLT), com estabilidade.

A intenção seria garantir competitividade ao BC ante a "fuga de talentos" que ele enfrenta." Essa nova aberração jurídica vem acompanhada da mesma fakenews, a "fuga de talentos".

Vamos lembrar uma vez mais: EM QUATRO ANOS APENAS 19 PESSOAS PEDI-RAM DESLIGAMENTO DO BANCO CENTRAL.

Será que a autonomia orçamentária do BC NÃO É o verdadeiro objetivo da PEC 65?

Pois se essa autonomia foi aceita no acordo de 10 de julho e em declarações do Ministro da Fazenda, mantendo-se o quadro da Autarquia e servidores no RJU, por que agora esse recuo?

Haveria outras intenções e interesses ocultos? Quais são? Os responsáveis precisam responder claramente à população brasileira.

Fonte: Condsef